

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

SAP nº 1000000096

Assunto: Contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor. Objeto: serviços de auditoria para os sistemas informatizados de controle aduaneiro.

Interessados: APPA/GTEC/DDE

Parecer Jurídico nº 229/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ART. 29 DA LEI Nº 13.303/2016. ART. 73, 79 E 80 DO RILC. REQUISITOS ATENDIDOS. POSSIBILIDADE.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de intenção de contratação, por dispensa de processo licitatório em razão do valor, de auditoria nos sistemas informatizados de controle aduaneiro, pelo valor de R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais).

2. O protocolo veio à DJU instruído com os seguintes documentos:

DOCUMENTO
CI da área demandante
Termo de Referência
Pesquisa de mercado
Proposta comercial
Aprovação do TR e autorização fase interna DPR
Manifestação COLIC

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Manifestação CSUPR
Declaração de Adequação Orçamentária
Certidões de regularidade
Minuta do Contrato

3. Até o presente momento, estes são os documentos apensados ao processo e que serão utilizados para assistir a Administração no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da contratação.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

9. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

10. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

11. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

12. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

13. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

14. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III. DO MÉRITO**III.1 DA CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. DESNECESSIDADE DE APROVAÇÃO PELO CONSAD. POSSIBILIDADE JURÍDICA.**

15. Conforme dito, trata-se de solicitação de contratação, por dispensa de processo licitatório, de empresa habilitada pela Receita Federal do Brasil para a realização dos serviços de auditoria nos sistemas informatizados de controle aduaneiro (SICA) previstos na Instrução Normativa RFB nº 2064, de 17 de fevereiro de 2022, e Normas vigentes referentes ao Recinto Alfandegado do Porto de Paranaguá e Antonina, conforme especificações constantes no termo de referência, no valor de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais).

16. Assim, cuida-se de análise de reconhecimento de situação fático-jurídica de dispensa de licitação, com fundamento no disposto no art. 29, II, da Lei nº 13.303/2016 e no art. 73, II, do Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, em virtude do valor, que respeita o limite legal para dispensa.

17. Em que pese a contratação direta esteja expressamente prevista no RILC da APPA e na Lei nº 13.303/2016, a modalidade de dispensa de licitação impõe a observância de diversos requisitos de ordem formal, em razão da rigidez imposta à Administração pelo legislador, notadamente porque foge à regra da licitação, que na maioria das vezes, é o meio contumaz a se garantir a melhor compra e a lisura deste procedimento.

18. O fundamento em que o legislador se baseou para dispensar a licitação em face do valor da contratação reside na economicidade. A licitação tem um custo financeiro para a Administração Pública e há hipóteses em que esse custo financeiro é superior ao benefício que advirá da mesma.

19. Isso porque o procedimento licitatório, independentemente da modalidade utilizada, compreende diversos custos, tanto os referentes ao labor administrativo (custos fixos com salários, equipamentos, energia e diversos insumos) quanto os decorrentes da publicidade dos atos da

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

licitação. Logo, em atendimento ao princípio da economicidade, é coerente que a administração efetive contratações diretamente, dispensando o pesado e caro procedimento licitatório, quando o objeto pretendido for de baixo valor monetário.

20. Como observa o professor Benedicto de Tolosa: “os eventuais benefícios da feitura da licitação que pouca atração exerceria sobre eventuais fornecedores, por certo, sucumbiriam ante os custos processuais, tornando a contratação antieconômica”¹.

21. Destarte, conflitando com a ideia de que a dispensa licitatória é uma mera faculdade, não seria despropositado afirmar que, em razão da busca da eficiência, o dever do agente público no caso de dispensas em função do baixo valor do objeto será efetivamente o de dispensar a licitação.

22. Isto não significa que a aquisição possa ficar à guisa do administrador, pelo contrário, a lei também estabelece limites que devem ser observados nesses casos.

23. Com efeito, o art. 73 do RILC/APPA estabelece as hipóteses em que a compra direta é possível em detrimento da licitação. O caso sob análise, se adequa ao previsto no inciso II do mencionado artigo:

Art. 73 É dispensável a realização de licitação nas seguintes hipóteses:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 124.053,591 (cem vinte quatro mil e cinquenta três reais e sessenta centavos), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros **serviços e compras de valor até R\$ 71.538,602**² (setenta um mil quinhentos trinta oito reais e sessenta centavos) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

¹ TOLOSA FILHO, Benedicto de. *Contratando sem licitação*: comentários teóricos e práticos. 3. ed., p. 81.

² Valor corrigido pelo período de julho de 2016 a dezembro de 2020 pelo IGPM.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

24. Por sua vez, os arts. 79 e 80 do RILC/APPA trazem os elementos mínimos que devem compor o processo de contratação direta, os quais serão sinteticamente apresentados na tabela abaixo:

REQUISITOS DA INSTRUÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA ARTs. 79 e 80, RILC	OBS.
Art. 79 As justificativas referentes às contratações diretas deverão ser aprovadas pela Diretoria do setor requisitante e autorizada pelo Diretor Presidente	Atendido
Art. 80. O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos mínimos:	-
I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Atendido
II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica
III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	Atendido
IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;	Atendido
V – declaração de disponibilidade orçamentária;	Atendido
VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Parecer jurídico em apreço
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	-

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômicofinanceira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	Atendido
IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.	Atendido

25. Cabe anotar ainda que o presente processo não trouxe o Estudo Técnico Preliminar, instrumento obrigatório nas contratações de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme OS nº 130/2024.

26. Não obstante, o normativo prevê a possibilidade de dispensa do ETP nos casos de contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa, desde que devidamente justificado por decisão fundamentada da área técnica demandante.

27. Instada a manifestar-se sobre a ausência do documento, a área demandante expôs que: “1. Objeto e requisitos bem definidos: há clareza e baixa complexidade no objeto e não há necessidade de uma análise mais aprofundada para entender os requisitos da contratação e suas implicações técnicas; 2. Poucos cenários: há poucos cenários para comparação nesta contratação. Há uma natureza específica na aplicação destes serviços. As auditorias geralmente possuem objetivos específicos e contextos únicos que podem não ser diretamente comparáveis a outros cenários. Há também a falta de alternativas técnicas variadas, pois na auditoria se exige conhecimento num setor ou área específica, como também os métodos de auditoria podem ser relativamente padronizados dentro da indústria, limitando a variedade de abordagens que poderiam ser consideradas no ETP. A principal exigência para esta contratação é a certificação em legislação específica da Receita Federal do Brasil. O único cenário disponível será: a contratação ou a não contratação. Não há uma obrigatoriedade nesta contratação, porém ela auxiliará no cumprimento da legislação aduaneira pela Portos do Paraná, pois conhecendo as vulnerabilidades ou fragilidades que existem em nossos sistemas, bem como em que

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

aspectos há o possível descumprimento à alguma norma da RFB, sendo assim podemos agir rapidamente para o cumprimento das mesmas; 3. Baixo risco: há pouca complexidade e riscos na contratação; não há a necessidade de uma análise aprofundada para mitigar possíveis riscos e 4. Custo e tempo: o custo e o tempo necessário para realização do ETP são desproporcionais em relação ao valor e à complexidade do objeto. Diante dessas razões, concluímos que a ausência de ETP para este objeto não trará nenhum risco à contratação, nem ferirá a transparência, bem como a isonomia entre os fornecedores interessados”.

28. Desta feita, entende-se por atendido o requisito quanto à presença de justificativa para a ausência de Estudo Técnico Preliminar.

29. Ainda, nos casos de contratação direta é importante avaliar a inexistência de fracionamento do objeto.

30. O fracionamento do objeto ocorre quando o administrador público faz várias licitações, tanto para aquisição de bens como para contratação de serviços, dividindo a despesa para utilizar modalidade de licitação menos rigorosa à recomendada pela legislação para o total da despesa ou para efetuar a contratação direta.

31. Ou seja, o fracionamento de despesa é caracterizado pela adoção de modalidade de licitação mais simples quando exigível modalidade mais complexa, mediante expedientes como a redução de quantitativos para que o valor fique dentro dos limites da modalidade de menor exigência, repetindo-se o procedimento em curto lapso temporal.

32. Confira-se entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o tema:

Na obra editada pelo Tribunal de Contas da União "Licitações & Contratos, Orientações Básicas" [...], a questão do fracionamento de despesa foi assim abordada:

"Fracionamento, à luz da Lei de Licitações, caracteriza-se quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa ou para efetuar contratação direta.

(...)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Em resumo, se a Administração optar por realizar várias licitações ao longo do exercício financeiro, para um mesmo objeto ou finalidade, deverá preservar sempre a modalidade de licitação pertinente ao todo que deve ser contratado."

16. Vale registrar ainda que apesar de haver referência no texto acima reproduzido à Lei n. 8.666/1993, inaplicável às entidades do Sistema S, conforme entendimento já consolidado neste Tribunal (v.g. Decisão Plenária n. 907/1997), o excerto doutrinário no parágrafo anterior serve apenas para aclarar a problemática do fracionamento [...]. No caso específico do Senac, deve-se observar seus próprios regulamentos atinentes a licitações e contratos para a utilização da modalidade licitatória condizente aos valores licitados.

(Acórdão 1276/2012-Segunda Câmara, Data da sessão 06/03/2012, Relator Marcos Bemquerer)

33. Quanto ao ponto, vale observar que não poderá haver nova aquisição da mesma natureza através de dispensa no interregno deste exercício financeiro, sob pena de restar caracterizado o fracionamento de despesa.

34. No que se refere à justificativa de preço, as cotações obtidas registram no SAP que o menor valor é o da empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, no total de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), valor este que se encontra dentro do limite estabelecido em lei e no RILC/APPA:

Cotação:	6000000076	6000000075	6000000077	MÍNIMO
Oferente:	1000001180	1000001179	1000001181	
Nome:	PLM AUDITORIA E C	MOREIRA ASSOCIADO	ASSETS AUDITORES	
Val.:	16.100,00	38.700,00	49.000,00	16.100,00
Preço:	16.100,00	38.700,00	49.000,00	16.100,00
Pos.:	1 100 %	2 240 %	3 304 %	
Val.:	16.100,00	38.700,00	49.000,00	16.100,00
Pos.:	1 100 %	2 240 %	3 304 %	

35. Dessa forma, em razão do baixo valor a ser contratado, não se mostra razoável a realização de procedimento de licitação, sendo possível opinar pela possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, conforme indicado pela CPLC.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

36. Por derradeiro, anota-se a autorização do Conselho de Administração desta APPA não é necessária, uma vez que o montante a ser despendido não ultrapassará a alçada da Diretoria Executiva, que é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

III.2 DA MINUTA CONTRATUAL.

37. O art. 253 do RILC elenca as cláusulas necessárias aos contratos e, a fim de facilitar a visualização de sua regularidade, apresenta-se o cotejo do artigo citado com a minuta juntada:

REQUISITOS DO CONTRATO ART. 253, RILC	CLÁUSULA
I - Os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a legislação aplicável à execução do contrato, especialmente aos casos omissos;	Preâmbulo e 19
II - O objeto e seus elementos característicos;	Preâmbulo e 1
III - o regime de execução ou a forma de fornecimento;	3
IV - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme o caso;	4, 5, 6 e 7
V - Os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento definitivo, conforme o caso, e de vigência contratual;	9
VI - As garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;	-
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;	Obrigações: 11 e 12 Infrações, penalidades e multas: 14
VIII - que constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação e demais encargos sociais,	11.7

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

trabalhistas e fundiários dos empregados, podendo ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;	
IX - As causas de rescisão do contrato e as hipóteses e os mecanismos para alteração de seus termos;	Rescisão: 14 Alteração: 15
X - A vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	2
XI - a obrigação da contratada de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	11.9
XII - matriz de riscos, que será obrigatória quando o objeto envolver a execução de obra ou serviço de engenharia para ser executada no regime de contratação integrada e contratação semi-integrada, sendo facultativa nas demais contratações.	16

38. Do exposto, depreende-se que todas as exigências regulamentares foram atendidas pela minuta apensada ao processo.

IV. CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, salientando que compete à Administração sopesar as razões de interesse e oportunidade, é conclusão deste parecer, de caráter não vinculativo, a possibilidade, em tese, de contratação por dispensa de licitação em razão do valor, de serviços de auditoria nos sistemas informatizados de controle aduaneiro (SICA), da empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, pelo valor de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), estando o protocolo apto a deliberação dos gestores.

40. Assim, encaminhamos o presente para análise e aprovação, sob o comando do Sr. Diretor Presidente.

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS
ANALISTA PORTUÁRIA - ADVOGADA

RODRIGO DI PIERO MENDES
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR JURÍDICO

COMUNICAÇÃO INTERNA 5602/2024.

Documento: **PARECERDISPENSAVALORAUDITORIANORMASRFBPLMCONSULTORIASAP1000000096.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 06/08/2024 09:49, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 06/08/2024 11:02.

Assinatura Simples realizada por: **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 06/08/2024 10:18.

Inserido ao documento **900.871** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 06/08/2024 09:49.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ddaecf0711b2ab15c0cc71d993569323.